

Comissões, um trabalho invisível

Brasília — Gilberto Alves

*Dora Kramer e
Rosângela Bittar*

BRASÍLIA — Não é no plenário projetado por Oscar Niemeyer, com painel eletrônico, muita luz e cobertura ininterrupta de rádio e televisão, que acontecem os debates mais importantes do cotidiano do Congresso Nacional. É em um corredor de 200 metros, no Anexo I, onde funcionam as comissões permanentes, especiais e de inquérito, que a sociedade estabelece contato com seus representantes e o governo aproveita para testar o efeito de algumas idéias polêmicas. Nesta terça-feira, o secretário de Ciência e Tecnologia, Edson Machado de Souza, anunciou na Comissão Especial de Propriedade Industrial que o governo está elaborando o Projeto Chip, que protege o direito de patente e estimula a produção de equipamentos de informática no país. Na quinta-feira, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira admitiu, em debate na CPI da Fome, que aceita incluir no projeto de reforma tributária de emergência o imposto sobre transações bancárias. O plenário pode estar às moscas, mas as comissões sempre fervilham.

Elas não servem apenas a debates, mas, com a Constituição promulgada em 1988, adquiriram poder de decisão. Este ano, por exemplo, dos 3.781 projetos de lei, de resolução ou requerimentos que deram entrada na Câmara, 3.018 foram definidos em alguma das comissões, sem precisar ir a plenário. "As comissões funcionam como se fossem o pulmão do Congresso. Dali sai todo o combustível que faz funcionar o organismo da Casa", define o líder do PTB, Gastone Righi (SP), ele mesmo um deputado típico de plenário, reconhecidamente um craque na condução de votações e na manipulação do regimento. As qualidades de um parlamentar que se destaca em comissão são bem diferentes: "Nesse caso, o que vale é o conhecimento do assunto", atesta Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). Por isso é que raramente o deputado bom de comissão é o mais conhecido da opinião pública.

Desconhecidos — Nas 13 comissões permanentes, por exemplo, alguns dos parlamentares mais ativos são desconhecidos e, muitos deles, nunca deram uma palavra no plenário, acompanhando de longe as votações e os embates de microfone que aparecem na televisão. Quem já ouviu falar de Germano Rigotto (PMDB-RS), Luís Carlos Haully (PMDB-PR), Manoel Castro (PFL-BA) e Jackson Pereira (PSDB-CE)? Certamente poucos, além de seus eleitores. Mas, há um consenso entre os colegas de que os quatro são as grandes revelações da Comissão de Finanças que, segundo Delfim Neto (PDS-SP), promove os debates mais inteligentes do Congresso.

Esses quatro conseguiram a proeza de se destacar num grupo integrado por Delfim Neto, César Maia (PMDB-RJ), Aluizio Mercadante (PT-SP), José Serra (PSDB-SP), Roberto Campos (PDS-RJ), os bambas da economia do Legislativo. Benito Gama (PFL-BA), presidente da Comissão de Finanças, cita como exemplo de debate de altíssimo nível que aconteceu neste grupo o que resultou na aprovação da isenção de impostos para exportações.



Na discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases, os estudantes também são ouvidos